JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.27 20:26:50 -03'00'

ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.

CNPJ 39.523.638/0001-42

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.353	-
Despesas antecipadas		16	-
Outros ativos		17	-
		36.386	-
Não circulante			
Ativo de direito de uso	7	776	-
Imobilizado	8	683	-
Intangível	9	307.720	-
		309.179	-
Total do ativo		345.565	-

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	723	-
Passivos de arrendamento	11	252	-
Notas comerciais escriturais	12	842	-
Obrigações tributárias		15	-
Ônus da concessão	13	122.480	-
Débitos com partes relacionadas	15	2.997	-
Outras obrigações		665	-
		127.974	-
Não circulante			
Passivos de arrendamento	11	525	-
Notas comerciais escriturais	12	199.261	-
Tributos diferidos	14	508	-
		200.294	-
Patrimônio líquido	16		
Capital social		20.003	3
Prejuízo acumulado		(2.706)	(3)
		17.297	-
Total passivo e patrimônio líquido		345.565	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(2.223)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.223)	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	241	-
Despesas financeiras	18	(213)	-
		28	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.195)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14b	(508)	-
Prejuízo do exercício		(2.703)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(2.703)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.703)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social: Realizado	Capital social: A integralizar	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022 (não auditado)		3	-	(3)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		3	-	(3)	-
Aumento de capital	16	38.424	(18.424)	-	20.000
Prejuízo do exercício		-	-	(2.703)	(2.703)
Saldos 31 de dezembro de 2023		38.427	(18.424)	(2.706)	17.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(2.195)	-
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	70	-
Juros sobre arrendamentos	25	-
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	183	-
Variações no ativo e passivo		
Despesas antecipadas	(16)	-
Outros ativos	(17)	-
Fornecedores	723	-
Obrigações tributárias	15	-
Partes relacionadas, líquidas	2.997	-
Outras obrigações	665	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(26)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.424	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(683)	-
Adições ao ativo de contrato e intangível	(183.744)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(184.427)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	20.000	-
Captações de notas comerciais escriturais	198.424	-
Pagamento dos arrendamentos	(68)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	218.356	-
Adição líquida no caixa e equivalentes de caixa	36.353	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.353	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas da Imperatriz S.A. (anteriormente denominada Águas do Brasil SPE IV S.A.) ("Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Feliciano Sodré nº 1014, Várzea, Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Águas da Imperatriz Participações S.A. (atual denominação da Águas do Brasil SPE V S.A.), tem por objeto social a exploração de serviços públicos relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no Município de Teresópolis, bem como a realização das atividades correlatas, complementares, alternativas ou acessórias e a exploração de receitas autorizadas nos termos do Contrato de Concessão resultante da Concorrência Pública nº 002/2023, processo administrativo nº 16.520/2019, celebrado com o Município de Teresópolis (Poder Concedente) em 01 de dezembro de 2023, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a contar da data de assunção dos serviços e dos sistemas a eles inerentes. Após assinatura do Contrato de Concessão, em 07 de dezembro de 2023, foi emitida a ordem de início, que caracterizou a imediata imissão na posse dos bens dos sistemas existentes à Concessionária, dando início, concomitantemente, ao período de operação assistida e ao período de transferência da operação, a serem encerrados em até 30 (trinta) dias, na data de assunção, com a celebração do termo de transferência do sistema existente, efetivando a transferência do sistema e a prestação dos serviços à Concessionária. Em 11 de setembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), resolveram os acionistas aprovar a alteração da denominação social da Concessionária de Águas do Brasil SPE IV S.A. para Águas da Imperatriz S.A. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R$91.588 em 31 de dezembro de 2023. A Concessionária iniciou suas operações em janeiro de 2024 e espera se que ao longo do exercício de 2024 haja geração de caixa para suprir com suas obrigações, contudo caso haja necessidade, o acionista indireto controlador da Concessionária, possui habilidade e intenção de buscar financiamentos e de prover recursos financeiros adicionais, para eventual de necessidade da Concessionária. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.3. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 9), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.4. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.5. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.6. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50 - Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. **3.8. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	36.345	36.345	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	723	723	-	-
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	777	777	-	-
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	200.103	200.103	-	-
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	122.480	122.480	-	-
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.997	2.997	-	-

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre as notas comerciais escriturais e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	36.345	39.576	40.383	41.193
Passivo					
Notas comerciais escriturais	CDI	(201.629)	(219.554)	(224.030)	(228.526)
Passivo líquido		(165.284)	(179.978)	(183.647)	(187.333)
Efeito líquido			(14.694)	(18.363)	(22.049)
CDI (a.a.)		8,89%			

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	723	723	-	-
Passivos de arrendamento	777	252	286	239
Notas comerciais escriturais	201.629	1.629	200.000	-
Ônus da concessão	122.480	122.480	-	-
Débitos com partes relacionadas	2.997	2.997	-	-
	328.606	128.081	200.286	239

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde as notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023
Passivos de arrendamento (Nota 11)	777
Notas comerciais escriturais (Nota 12)	200.103
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(36.353)
Dívida líquida (a)	164.527
Total do patrimônio líquido (b)	17.297
Total do capital (a+b)	181.824
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	90,49%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Caixa e bancos	8	-
Aplicações financeiras	36.345	-
	36.353	-

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Ativo de direito de uso

	31/12/2023 Custo	Acumulada	Valor líquido	31/12/2022 (não auditado) Valor líquido
Imóveis	846	(70)	776	-

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	-	846	(70)	776

8. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023 Custo	Depreciação	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	10%	172	-	172	-
Equipamentos de informática	20%	398	-	398	-
Móveis e utensílios	10%	103	-	103	-
Outros		10	-	10	-
		683	-	683	-

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e Equipamentos	-	172	172
Equipamentos de informática	-	398	398
Móveis e utensílios	-	103	103
Outros	-	10	10
	-	683	683

A depreciação não foi iniciada devido à Concessionária estar em fase de operação assistida. Os bens serão amortizados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência do Sistema.

9. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2023 Custo	Amortização	Valor líquido	31/12/2022 (não auditado) Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	24	-	24	-
Outorga da concessão	4,0134%	307.696	-	307.696	-
		307.720	-	307.720	-

A amortização não foi iniciada devido à Concessionária estar em fase de operação assistida. Os bens serão amortizados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência do Sistema.

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	-	24	24
Outorga da concessão	-	307.696	307.696
	-	307.720	307.720

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.27 20:27:06 -03'00'

ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.

CNPJ 39.523.638/0001-42

10. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Mercadoria	36	-
Serviços	682	-
Outros	5	-
	723	-

11. Passivos de arrendamento

Descrição	Juros	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Arrendamentos (Nota 7)	13,30% a.a.	777	-
Circulante		252	-
Não circulante		525	-

A Concessionária possui contratos de arrendamentos relativos à sede operacional e loja comercial. Os prazos de arrendamento possuem 3 anos. As obrigações da Concessionária nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. A Concessionária está impedida de ceder e sublicenciar os ativos arrendados. No período findo em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	31/12/2023
Saldo inicial (não auditado)	-
Adições	846
Juros e encargos financeiros	25
Amortização de principal	(68)
Amortização de juros	(26)
Saldo final	777

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2023
2025	286
2026	239
	525

12. Notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Principal	CDI	1,60% a.a.	Outubro/2025	200.000	-
Juros e encargos				1.629	-
(-) Custo de transação a apropriar				(1.526)	-
				200.103	-
Circulante				842	-
Não circulante				199.261	-

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:	31/12/2023
Saldo inicial (não auditado)	-
Captação	200.000
Juros e encargos financeiros	1.629
Custos de transação	(1.576)
Amortização dos custos de transação	50
Saldo final	200.103

Em 02 de outubro de 2023 foram emitidas 200.000 notas comerciais escriturais, em série única, integralizadas em 06 de dezembro de 2023, com garantia fidejussória e valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 200.000, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de dois anos, a contar da data de emissão. O saldo do valor nominal unitário não será atualizado monetariamente e deverá ser amortizado em uma única parcela, prevista para 02 de outubro de 2025. Sobre as notas comerciais escriturais incidem juros remuneratórios semestrais correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 1,60% a.a., base 252 dias úteis, desde dezembro de 2023 até a data de vencimento. Os recursos captados serão utilizados exclusivamente para pagamento de outorga fixa e realização de investimentos necessários requeridos pelo contrato de concessão celebrado junto ao Município de Teresópolis, relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. *Covenants:* As notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. **13. Ônus da concessão:** O montante de R$ 122.480, no passivo circulante, corresponde à segunda parcela da outorga fixa, que será paga em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após assinatura do Contrato de Concessão, com vencimento previsto para 01 de dezembro de 2024. **14. Tributos diferidos:** a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022 (não auditado)	Resultado	31/12/2023
Arrendamentos	-	1	1
Ativo fiscal diferido	-	1	1
Juros capitalizados	-	(509)	(509)
Passivo fiscal diferido	-	(509)	(509)
Tributos diferidos, líquidos	-	(508)	(508)

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.195)	-
Alíquota nominal	34%	-
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	746	-
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(1.222)	-
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(32)	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	(508)	-
Alíquota efetiva	23,13%	-

15. Partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Passivo circulante		
Débitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	708	-
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.289	-
	2.997	-

Refere-se às aquisições e despesas pagas pela acionista indireta e uma de suas controladas relativas a máquinas, equipamentos, móveis, serviços de terceiros (assessoria jurídica e consultorias), taxas, entre outras contas a pagar. **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito por Águas da Imperatriz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 38.427 (R$ 3 em 31 de dezembro de 2022) e o capital a integralizar é de R$ 18.424 perfazendo R$ 20.003 de capital realizado, que está representado por 38.426.719 (trinta e oito milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos e dezenove) ações ordinárias, nominativas, no valor de um real cada uma. Em setembro de 2023 a acionista Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. cedeu e transferiu as ações de sua titularidade, no valor total de R$ 3, para a Águas da Imperatriz Participações S.A., que aprovou em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") dos acionistas o aumento de capital social no valor de R$ 38.424, sendo R$ 20.000 integralizados em moeda corrente nacional e R$ 18.424 a serem integralizados até o mês de setembro de 2033, conforme previsto na referida AGE.

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Despesas com pessoal	(6)	-
Utilização de imóveis e telefonia	(65)	-
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(92)	-
Serviços de terceiros	(829)	-
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(3)	-
Depreciações e amortizações	(70)	-
Despesas com informática	(603)	-
Despesas com viagens	(99)	-
Outras despesas	(456)	-
	(2.223)	-

18. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	253	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(12)	-
	241	-
Despesas financeiras		
Juros sobre notas comerciais escriturais	(133)	-
Juros sobre arrendamentos	(25)	-
Tributos sobre operações financeiras	(1)	-
Custo de transação	(50)	-
Outras despesas financeiras	(4)	-
	(213)	-
Resultado financeiro	28	-

19. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	30/11/2023 a 01/12/2024	7.685
Veículos	29/12/2023 a 17/10/2024	1.000

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: A Concessionária possui obrigação de pagamento da outorga fixa devida ao Município de Teresópolis e a Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, em duas parcelas, sendo a primeira parcela no valor R$ 183.720 paga em 06 de dezembro de 2023. A segunda parcela, no valor R$ 122.480 deve ser paga até 01 de dezembro de 2024. A Concessionária possui os seguintes compromissos mensais de pagamento: • Pagamento de outorga mensal destinado ao município atendido pela prestação dos serviços no valor correspondente a 1% (um por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território; • Pagamento a título de custo da regulação e fiscalização destinado à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA no valor correspondente a 0,5% (meio por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território; e • Pagamento a título de custo de manutenção, proteção e preservação das nascentes destinado ao Fundo de Proteção e Preservação das Nascentes, a ser criado pelo Município de Teresópolis, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território. A Concessionária também possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2028 em todo o município da concessão; (ii) com relação à cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todo o município da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2033 para 25%. **21. Transações que não envolvem caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Arrendamentos	(846)	-
Juros capitalizados	(1.496)	-
	(2.342)	-

22. Eventos subsequentes: Em 06 de janeiro de 2024, a Concessionária celebrou juntamente com o Poder Concedente o termo de transferência do sistema existente. Sendo assim, a Concessionária assume a operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto do Município de Teresópolis, compreendendo a área urbana da sede municipal e respectivos distritos urbanos, além dos aglomerados rurais com mais de 50 (cinquenta) residências unifamiliares em um raio inferior a 500 (quinhentos) metros, onde os serviços serão prestados.

Carlos Eduardo Tavares de Castro – Diretor; Marcio Salles Gomes – Diretor; Gabriela Ferreira Nunes Alves – Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da **Águas da Imperatriz S.A.** (anteriormente denominada Águas do Brasil SPE IV S.A.) - Teresópolis - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Imperatriz S.A. (anteriormente denominada Águas do Brasil SPE IV S.A.) ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da Concessionária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O